

## SUMÁRIO

NOTA SOBRE A 5. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	7
NOTA SOBRE A 4. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	9
NOTA SOBRE A 3. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	11
PREFÁCIO À 2. <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	13
APRESENTAÇÃO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO – ADA PELLEGRINI GRINOVER.....	15
1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1 Liberdades públicas e processo penal.....	23
1.2 Crise da justiça e impunidade.....	24
1.3 O problema das provas ilícitas e das interceptações telefônicas.....	25
2. O DIREITO À PROVA E O DÓGMA DA VERDADE REAL.....	27
2.1 A prova: considerações gerais.....	27
2.2 O princípio do contraditório.....	28
2.3 O direito à prova e a garantia de ação e de defesa.....	31
2.3.1 A jurisprudência das cortes alemãs e a afirmação do <i>rechliches Gehör</i> .....	31
2.3.2 A corte constitucional italiana e as limitações desarrazoadas ao direito à prova.....	33
2.3.3 A jurisprudência da corte federal alemã e a noção de relevância da prova.....	34
2.4 O direito à prova no processo penal.....	36
2.5 O dogma da verdade real.....	39
3. AS PROVAS ILÍCITAS.....	42
3.1 Conceito.....	42
3.1.1 Terminologia.....	42

3.1.2	Evolução do conceito .....	43
a)	Pela admissibilidade das provas ilícitas .....	44
b)	Pela inadmissibilidade das provas ilícitas .....	45
b.1)	A inadmissibilidade das provas ilícitas no direito com- parado .....	45
b.1.1)	Itália.....	45
b.1.2)	Alemanha.....	48
b.1.3)	Estados Unidos da América.....	50
b.1.4)	Espanha .....	53
b.1.5)	França.....	54
b.1.6)	Portugal .....	54
3.2	A teoria da proporcionalidade.....	55
3.2.1	O conceito e sua evolução .....	55
a)	A Suprema Corte norte-americana e a doutrina da razoabilidade .....	60
b)	A Corte Constitucional alemã e o princípio da proporcionalidade .....	62
3.2.2	Crítica à teoria da proporcionalidade .....	65
3.2.3	Teoria da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro reo</i> .....	66
3.3	As provas ilícitas por derivação .....	67
3.3.1	Prova emprestada .....	74
3.4	A proibição das provas ilícitas no sistema constitucional vigente .....	75
3.5	As categorias da proibição: inadmissibilidade e impedimento de utilização.....	82
3.5.1	Atipicidades e nulidades.....	83
a)	Tipicidade processual.....	83
b)	Consequências da atipicidade e o sistema de nulidades.....	86
3.5.2	Atipicidade constitucional.....	88
3.6	A inadmissibilidade das provas ilícitas no direito processual penal brasileiro .....	91
3.6.1	Provas ilícitas por derivação.....	92
3.7	Conclusão parcial.....	93
4.	INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS E GRAVAÇÕES CLANDESTINAS.....	94
4.1	Conceitos .....	95

4.1.1	Interceptação: considerações gerais.....	95
	a) Interceptação telefônica <i>stricto sensu</i> .....	97
	a.1) Definição .....	97
	a.2) Natureza jurídica .....	97
	a.3) Documentação das interceptações e seu valor probante ..	98
	b) Escuta telefônica.....	100
	c) Interceptação ambiental .....	100
	d) Escuta ambiental .....	102
	e) Gravações clandestinas – telefônicas e ambientais.....	102
4.2	Direito comparado e ordem internacional .....	105
4.2.1	As interceptações telefônicas e a ordem internacional.....	105
4.2.2	As interceptações telefônicas no direito comparado .....	110
	a) Estados Unidos da América .....	110
	b) Grã-Bretanha .....	115
	c) República Federal Alemã .....	117
	d) Itália .....	118
	e) França.....	122
	f) Espanha.....	124
	g) Portugal.....	127
4.3	Direito brasileiro .....	128
4.3.1	O sistema anterior à Constituição de 1988 .....	128
4.3.2	Evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	135
	a) RE 85.439, j. 11.11.1977 .....	135
	b) RE 100.094-5, j. 28.06.1984.....	136
	c) HC 63.834, j. 18.12.1986 .....	136
4.3.3	A perspectiva constitucional: questões decorrentes.....	137
	a) As balizas da Constituição de 1988 .....	137
	b) Interceptações na doutrina e jurisprudência pós-1988.....	138
	c) As linhas de divergência no Supremo Tribunal Federal.....	140
	d) Interceptações ilícitas e princípio da proporcionalidade .....	143
	e) Gravações clandestinas: evolução da jurisprudência brasileira – primeiros julgados.....	145
	f) O pioneiro projeto de lei sobre interceptações e escutas telefô- nicas.....	147
	g) De <i>lege ferenda</i> : os recentes projetos de lei e o papel regulador e controlador da Corte Suprema .....	149

4.4	Considerações finais .....	153
5.	CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 9.296/1996 .....	157
5.1	O contexto do advento da nova lei .....	157
5.2	O texto .....	164
5.3	Questões.....	166
5.3.1	“Interceptação” englobaria a escuta telefônica? .....	166
5.3.2	O que se deve entender por “interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza”?.....	170
5.4	A questão do juiz competente.....	174
5.5	Requisitos gerais para a interceptação telefônica .....	182
5.5.1	Interceptação fundada em “denúncia anônima” .....	183
5.6	Requisitos específicos da interceptação e quebra do princípio da proporcionalidade.....	187
5.7	A garantia contra interceptações desarrazoadas.....	188
5.7.1	Encontro fortuito de outros fatos e sua utilização como <i>notitia criminis</i> .....	189
5.7.2	Interceptação sobre pessoa não investigada .....	189
5.7.3	Utilização do resultado probatório em outro processo .....	190
5.7.4	Indeassabilidade do sigilo profissional .....	191
5.8	O crime de interceptação .....	206
6.	GRAVAÇÕES CLANDESTINAS E INTERCEPTAÇÕES AMBIENTAIS .....	211
6.1	A polêmica sobre as gravações clandestinas e as interceptações ambientais.....	211
6.2	Gravações clandestinas no processo civil .....	212
6.3	Gravações clandestinas e ambientais no processo penal .....	214
6.4	Interceptação ambiental.....	221
7.	PROVAS ILÍCITAS E SIGILO.....	229
7.1	Sigilo de bancos de dados .....	229
7.1.1	Sigilo bancário.....	230
7.1.2	Sigilo dos dados das ligações telefônicas.....	233
7.2	Correspondência eletrônica ( <i>e-mail</i> ) .....	235
7.3	<i>E-mail corporativo</i> .....	236

8. AS PROVAS IMORAIS .....	239
8.1 Colocação do tema.....	239
8.2 Direito e moral.....	239
8.3 O conteúdo do art. 332 do CPC .....	241
8.4 <i>As leadings questions</i> .....	243
8.5 Inaplicabilidade do cânone da proporcionalidade às provas imorais .....	245
8.6 Conclusões.....	246
9. BIBLIOGRAFIA.....	249